



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
 Rua Sourbone, 375, . - Centreville
 CEP: 13560-970 - São Carlos - SP
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0018643-45.2009.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Assunto Principal do Processo << Nenhuma informação disponível >>**
 Requerente: **Hsbc Bank Brasil Sa Banco Multiplo**
 Requerido: **Ademar Gonçalves Araujo Epp e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MÚLTIPLO, já qualificado, moveu a presente ação de cobrança contra ADEMAR GONÇALVES DE ARAÚJO, também qualificado, alegando ter firmado com o réu, na condição de empresário individual, em 04 de maio de 2009, empréstimo *Giro Fácil/Conta Empresa Pessoa Jurídica* nº 0959-062074-4 no valor de R\$ 40.000,00, dívida que o réu não cuidou de pagar e que na data da propositura da ação somava dívida de R\$ 43.400,00 pela qual requer a condenação do réu.

Após várias diligências para citação e localização de endereço do réu, foi ele citado por edital, não contestando nem constituindo advogado, de modo que lhe foi nomeado Curador Especial que, preliminarmente, impugnou a citação por edital sob a alegação de que não esgotadas as diligências para localização do réu, enquanto no mérito ofereceu resposta por negativa geral.

O banco autor replicou sustentando a regularidade da citação edital e reafirmando as teses da inicial.

É o relatório.

Decido.

Preliminarmente, cumpre destacar não haja um réu pessoa jurídica, pois conforme definição de RUBENS REQUIÃO, em caso de comércio exercido em nome individual, “... *é a própria pessoa física ou natural, respondendo os seus bens pelas obrigações que assumiu, quer sejam civis, quer comerciais. A transformação de firma individual em pessoa jurídica é uma ficção do direito tributário, somente para os efeitos do imposto de renda (Ap. Cív. nº 8.447 - Lajes, in Bol. Jur. ADCOAS, nº 18.878/73)*”¹.

Do mesmo sentir, CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO seja “*erro elementar falar em representante de firma individual. O direito comum desconhece essa figura, que tem pertinência exclusivamente à disciplina tributária das atividades de empresários em nome individual. Quem exerce o comércio em nome individual é sempre a pessoa física. Parte é esta, porque a firma individual não é pessoa jurídica, não tem personalidade perante o direito (capacidade de adquirir direitos, ser titular de bens ou contrair obrigações) - (CC, arts. 2º, 12. 18) - e, conseqüentemente,*

¹ RUBENS REQUIÃO, *Curso de Direito Comercial*, Saraiva, SP, p. 55.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

não tem capacidade de ser parte”², e remata: “*Chega a ser ridículo falar em fulano de tal, firma individual representada por fulano de tal, usando duas vezes o mesmo nome, da mesma pessoa física. E são pitorescas as referências no feminino ao sujeito do sexo masculino que figura como autor, firma individual*”³.

Ainda em preliminar, cabe igualmente destacado que, com o devido respeito ao Curador Especial, a leitura dos autos demonstrará não apenas que se tentou reiteradamente a citação do réu, mas que foram várias as diligências visando localizar seu endereço, de modo que rejeita-se a tese preliminar, sem embargo do que, cabe destacar, o art. 232, I, do Código de Processo Civil, expressamente descreve as condições e requisitos da citação edital, de modo que, uma vez observados, não há pretender-se que o Juízo determine diligências de busca ao paradeiro da parte, que, aliás, responde pela eventual falsidade da afirmação e requerimento dessa modalidade de citação, nos termos do que expressamente regula o art. 233 do mesmo *Codex*.

No mérito, temos que o contrato de fls. 10/19 demonstra suficientemente a regularidade do empréstimo de capital de giro, com a evolução do saldo devedor no extrato de fls. 21, cujo saldo é R\$ 42.258,02.

Regular a contratação e não havendo prova de pagamento, de rigor acolher-se o pedido para condenar o réu ao pagamento do saldo de R\$ 42.258,02 acrescido de correção monetária pelo índice do INPC, a contar da data da propositura da ação, como ainda juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da citação, pois “*O critério de cálculo após o ajuizamento da execução é com base na Lei n. 6.899, de 1981*” (Ap. n. 716.227-2 – 7ª Câmara. 1º TACSP – v. u. - ROBERTO MIDOLLA, Relator)⁴, atento a que, “*superada a etapa de liquidação, passou-se ao processo de execução por quantia certa, quantia que somente poderá ser acrescida dos juros e correção monetária*” (RE n. 6.974/SP – STJ - Relator o Min. ATHOS GUSMÃO CARNEIRO)⁵.

O réu sucumbe e deve arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado.

Isto posto, JULGO PROCEDENTE a presente ação e em consequência CONDENO o réu ADEMAR GONÇALVES DE ARAÚJO a pagar ao autor HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MÚLTIPLO a importância de R\$ 42.258,02 (*quarenta e dois mil duzentos e cinquenta e oito reais e dois centavos*), acrescida de correção monetária pelo índice do INPC, a contar da data da propositura da ação, como ainda juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da citação, e CONDENO o réu ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado.

P. R. I.

São Carlos, 24 de outubro de 2013.

VILSON PALARO JÚNIOR

Juiz de direito.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

² CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO, *Instituições de Direito Processual Civil*, Vol. II, Malheiros, SP, 2001, p. 115.

³ CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO, *ob. e loc. cit.*.

⁴ JTACSP - Volume 168 - Página 79.

⁵ JTACSP - Volume 168 - Página 79.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br